

Quinta-feira negra dos constituintes

BENEDICTO FERRI DE BARROS

Após dois meses de gazetagem eleitoral incoercível, durante os quais todos os esforços foram baldados (quais esforços?) no sentido de se obter o quórum mínimo para trabalharem, reünem-se os ex-constituintes para, num esforço concentrado, aprovarem na calada da noite o aumento de seus próprios subsídios. Em qualquer parte do mundo onde exista um mínimo de respeito pelo povo que representam, um mínimo de compostura, um mínimo de sensibilidade e um mínimo de decência, grupo algum de homens se atreveria a praticar publicamente ato de tanta imprudência, desfaçatez e afronta. Entretanto, como se — apesar da calada da noite — não estivessem sobre eles os olhos de 130 milhões de brasileiros — excluídos seus próprios olhos —, tais homens perpetraram, neste momento político-econômico e social gravíssimo, tal ato de imprudência, um verdadeiro atentado contra o povo que representam e a democracia de que se dizem defensores e não passam de meros usufrutuários. Não veio a público uma só voz, um só ato de repulsa que, por sua clareza, coragem e nitidez, pudesse redimir toda a casa, assinalando que a consciência cívica não se acha morta entre os representantes do povo. A oposição que houve fez-se em surdina e se esvaiu nas sombras da omissão e do consentimento.

Repita-se: mais do que um crime, foi um erro. Um verdadeiro suicídio coletivo. O que ali se sufragou não foi a ganância de uma maioria insensível, mas a unanimidade dos políticos contra sua própria classe, contra o sistema de representação, quanto a decência do legislativo, contra a própria democracia. O que em nome de interesses de classes se decretou, em prejuízo de toda a classe, foi a existência de um erro radical em um sistema em que se aprova uma medida dessas numa hora como esta,



sem que surja uma voz e uma atitude contrárias para falar pelo povo, empolgar as manchetes e assinalar que a política não está morta no país. Mas, um sistema onde, a despeito de existirem 45 partidos de representantes, não surge um único representante para exprimir o repúdio geral da nação poderá merecer a qualquer título a denominação de democracia representativa?

Não foi porém um crime nem mesmo um erro o que pela unanimidade da ação e omissão se cometeu nessa quinta-feira negra. Foi uma confirmação do diagnóstico já feito pelo povo nas eleições municipais de que a classe política, toda ela, está morta. Pois, quando diante do novo e futuro pleito, o mero instinto de sobrevivência eleitoral não acordou em nenhum dos políticos presentes, para consagrá-lo como a voz e a consciência da nação, está-se diante de um "rigor mortis" generalizado. Insensíveis ao voto, que é a condição mesma de sua sobrevivência, os políticos testemunharam a todo o eleitorado de que permanecem insensíveis à sua vontade, como se a vontade das urnas continuasse a se decidir tão-só pelas maquinações que a classe decida entre si. Entre um desacerto com a classe e um afronta ao eleitorado, preferiu-se um acerto na calada da noite, como se o escândalo privado não se tornasse um escândalo público à luz do dia. Se algum político existia entre aqueles homens, permaneceu calado; se algum homem existiu entre aqueles políticos, manteve-se escondido.

A cadência dessas palavras não visa ao enterro dos políticos que se suicidam. Mas do que nunca necessitamos que permaneçam vivos para safar o país do atoleiro em que nos meteram. Como homens do poder, só eles o poderão fazer pela via saudável e pacífica da democracia. Mas os caminhos da democracia não passam pela perda do instinto eleitoral, manifesto pelo repúdio à consciência, à vontade, à vergonha do povo e da nação. Definitivamente, por aí não vai, senhores representantes de todos os matizes.

Benedicto Ferri de Barros é ensaísta e membro da Academia Internacional de Direito e Economia.